



**PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

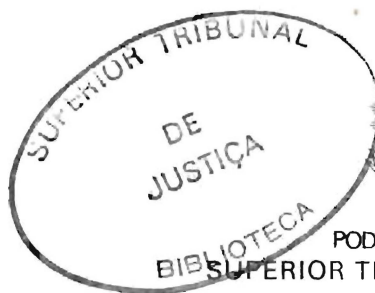
S.T.J

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

**GESTÃO – BIÊNIO
1987/1989**

**PRESIDÊNCIA
MINISTRO EVANDRO GUEIROS LEITE**

BRASÍLIA – DF



E

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GESTÃO - BIÊNIO
1987/1989

PRESIDÊNCIA
MINISTRO EVANDRO GUEIROS LEITE

BRASÍLIA - DF





ÍNDICE

	Pág.
O STJ em grandes números	1
I – Mensagem do Presidente	2
II – Composição do Tribunal	3
III – Atividades judicantes	9
IV – Plenário – Trabalhos extrajudiciais	9
1. Eleições e indicações	9
2. Posses	10
3. Legislação e Atos Regimentais	11
V – Relações com Poderes Públicos e autoridades	12
VI – Jurisprudência do Tribunal	12
1. Revista	12
2. Súmulas	14
3. Prodasen	14
VII – Documentação	14
VIII – Informatização do Tribunal	16
1. Automação das Seções Judiciárias e dos TRFs	16
2. Automação das atividades processuais do STJ	17
3. Automação das atividades administrativas do STJ	20
4. Automação dos Gabinetes dos Ministros	21
IX – Atividades administrativas	22
1. Pessoal	22
2. Saúde	24
3. Recursos financeiros e orçamentários	24
4. Melhoramentos diversos	26
5. Divulgação das atividades do Tribunal	27
X – Instalação do STJ e dos TRFs	28
1. Novo Plenário e novos Gabinetes	28
2. Nova sede do STJ	30
3. Instalação dos TRFs	30
XI – Modernização da Justiça Federal	35

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM GRANDES NÚMEROS

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL 33 MINISTROS

RESULTADOS ALCANÇADOS BIÊNIO 1987/1989

56%	Crescimento dos feitos
826%	Sessões realizadas
123.312	Processos autuados
96.906	Processos distribuídos
89.876	Processos julgados
3.589	Média de julgamentos por Ministro
83.333	Acórdãos lavrados
7.112	Recursos extraordinários despachados
6.964	Precatórios
32	Revistas do Tribunal editadas
21.915	Pesquisas entre doutrina, legislação e jurisprudência

RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO DA UNIÃO

	NCz\$
1987	35.607.226,00
1988	47.083.140,00
1989	163.687.553,00

VALORES ATUALIZADOS CONFORME ÍNDICES OFICIAIS

NÚMERO DE SERVIDORES	1.068
----------------------------	-------



STJ – Plenário Reunido

I – MENSAGEM DO PRESIDENTE

A mensagem da Presidência resume-se na amostragem do que foi feito em dois anos, não só da iniciativa atual, como também do que se completou das obras anteriormente iniciadas.

A preparação de uma infra-estrutura administrativa, adequada ao crescimento do antigo Tribunal Federal de Recursos e capaz de enfrentar o desafio de tarefas emergentes, possibilitou a transição organizacional, a partir da instalação do STJ e dos TRFs.

O desenvolvimento da Justiça Federal de 1º grau e a manutenção de suas atividades, exigiu, igualmente, o aperfeiçoamento, em bases mais amplas, do Conselho da Justiça Federal, órgão de reconhecidos méritos administrativos.

No conjunto de instrumentos e meios de que dispunha e dispõe a administração do Tribunal, citam-se funcionários anônimos, porque discretos, mas cujo peso de trabalho vai além da linha do dever. Citam-se as Comissões e os Ministros que as compõem, sem as quais impossível teria sido a consumação das tarefas.

Falando, ao deixar a Presidência do STJ, disse que não faria relatórios naquela ocasião. **Faço-o agora por imperativo regimental, mas sempre naquela idéia de que o administrador, ao entrar e ao sair,**

deve é separar um **espaço para notas**, do que aprendeu e do que gostaria de ter feito.

Brasília, 1989

Ministro EVANDRO GUEIROS LEITE

II – COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

De acordo com o art. 104, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, tomaram posse no Superior Tribunal de Justiça, em maio de 1989, 7 novos Ministros, perfazendo o total de 33 Ministros.

PLENÁRIO:

Ministro GUEIROS LEITE (Presidente)
Ministro WASHINGTON BOLÍVAR (Vice-Presidente)
Ministro JOSÉ CÂNDIDO (Corregedor-Geral)
Ministro ARMANDO ROLEMBERG
Ministro JOSÉ DANTAS
Ministro TORREÃO BRAZ
Ministro CARLOS VELLOSO
Ministro WILLIAM PATTERSON
Ministro BUENO DE SOUZA
Ministro MIGUEL FERRANTE
Ministro PEDRO ACIOLI
Ministro AMÉRICO LUZ
Ministro PÁDUA RIBEIRO
Ministro FLAQUER SCARTEZZINI
Ministro COSTA LIMA
Ministro GERALDO SOBRAL
Ministro CARLOS THIBAU
Ministro COSTA LEITE
Ministro NILSON NAVES
Ministro EDUARDO RIBEIRO
Ministro ILMAR GALVÃO
Ministro DIAS TRINDADE

Ministro JOSÉ DE JESUS
Ministro ASSIS TOLEDO
Ministro EDSON VIDIGAL
Ministro GARCIA VIEIRA
Ministro ATHOS CARNEIRO
Ministro VICENTE CERNICCHIARO
Ministro WALDEMAR ZVEITER
Ministro FONTES DE ALENCAR
Ministro CLÁUDIO SANTOS
Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO
Ministro BARROS MONTEIRO

CORTE ESPECIAL:

Ministro GUEIROS LEITE (Presidente)
Ministro WASHINGTON BOLÍVAR (Vice-Presidente)
Ministro JOSÉ CÂNDIDO (Corregedor-Geral)
Ministro ARMANDO ROLEMBERG
Ministro JOSÉ DANTAS
Ministro TORREÃO BRAZ
Ministro CARLOS VELLOSO
Ministro WILLIAM PATTERSON
Ministro BUENO DE SOUZA
Ministro MIGUEL FERRANTE
Ministro PEDRO ACIOLI
Ministro AMÉRICO LUZ
Ministro PÁDUA RIBEIRO
Ministro FLAQUER SCARTEZZINI
Ministro COSTA LIMA
Ministro GERALDO SOBRAL
Ministro CARLOS THIBAU
Ministro COSTA LEITE
Ministro NILSON NAVES
Ministro EDUARDO RIBEIRO
Ministro ILMAR GALVÃO
Ministro DIAS TRINDADE
Ministro JOSÉ DE JESUS
Ministro ASSIS TOLEDO
Ministro EDSON VIDIGAL

PRIMEIRA SEÇÃO:

Presidente: Ministro ARMANDO ROLEMBERG

PRIMEIRA TURMA:

Ministro ARMANDO ROLEMBERG (Presidente)

Ministro PEDRO ACIOLI

Ministro GERALDO SOBRAL

Ministro JOSÉ DE JESUS

Ministro GARCIA VIEIRA

SEGUNDA TURMA:

Ministro CARLOS VELLOSO (Presidente)

Ministro MIGUEL FERRANTE

Ministro AMÉRICO LUZ

Ministro ILMAR GALVÃO

Ministro VICENTE CERNICCHIARO

SEGUNDA SEÇÃO:

Presidente: Ministro TORREÃO BRAZ

TERCEIRA TURMA:

Ministro TORREÃO BRAZ (Presidente)

Ministro NILSON NAVES

Ministro EDUARDO RIBEIRO

Ministro WALDEMAR SVEITER

Ministro CLÁUDIO SANTOS

QUARTA TURMA:

Ministro BUENO DE SOUZA (Presidente)

Ministro ATHOS CARNEIRO

Ministro FONTES DE ALENCAR

Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO

Ministro BARROS MONTEIRO

TERCEIRA SEÇÃO:

Presidente: Ministro JOSÉ DANTAS

QUINTA TURMA:

Ministro JOSÉ DANTAS (Presidente)

Ministro FLAQUER SCARTEZZINI

Ministro COSTA LIMA
Ministro ASSIS TOLEDO
Ministro EDSON VIDIGAL

SEXTA TURMA:

Ministro WILLIAM PATTERSON (Presidente)
Ministro PÁDUA RIBEIRO
Ministro CARLOS THIBAU
Ministro COSTA LEITE
Ministro DIAS TRINDADE

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL:

Ministro GUEIROS LEITE (Presidente)
Ministro WASHINGTON BOLÍVAR DE BRITO (Vice-Presidente)
Ministro JOSÉ CÂNDIDO (Corregedor-Geral)
Ministro PEDRO ACIOLI
Ministro AMÉRICO LUZ
Ministro PÁDUA RIBEIRO (Suplente)
Ministro FLAQUER SCARTEZZINI (Suplente)
Ministro COSTA LIMA (Suplente)

DIRETOR DA REVISTA:

Ministro MIGUEL FERRANTE

COMISSÕES PERMANENTES:

Comissão de Jurisprudência:

Ministro JOSÉ DANTAS (Presidente)
Ministro TORREÃO BRAZ
Ministro MIGUEL FERRANTE
Ministro NILSON NAVES (Suplente)

Comissão de Regimento:

Ministro CARLOS VELLOSO (Presidente)
Ministro GERALDO SOBRAL
Ministro CARLOS THIBAU
Ministro COSTA LEITE (Suplente)

COMISSÕES PROVISÓRIAS:

O Ato nº 1126, de 31.08.1988, do Presidente do TFR, criou uma Comissão com a atribuição de acompanhar os trabalhos da Constituinte, especialmente na parte relativa ao Poder Judiciário e, em particular, no tocante às alterações atinentes ao Tribunal Federal de Recursos e à Justiça Federal:

Comissão da Constituinte:

Ministro PEDRO ACIOLI
Ministro PÁDUA RIBEIRO
Ministro FLAQUER SCARTEZZINI
Ministro CARLOS THIBAU
Ministro NILSON NAVES
Ministro EDUARDO RIBEIRO

O Ato nº 1141, de 06.09.1988, do Presidente do TFR, criou as seguintes Comissões, destinadas a apresentar estudos e sugestões para a implantação do Superior Tribunal de Justiça, bem como dos Tribunais Regionais Federais:

Comissão Administrativa

Ministro WILLIAM PATTERSON
Ministro MIGUEL FERRANTE
Ministro AMÉRICO LUZ
Ministro COSTA LIMA
Ministro DIAS TRINDADE
Ministro JOSÉ DE JESUS

Comissão de Obras e Instalações

Ministro ARMANDO ROLEMBERG
Ministro JOSÉ CÂNDIDO
Ministro PEDRO ACIOLI
Ministro FLAQUER SCARTEZZINI
Ministro GERALDO SOBRAL
Ministro CARLOS THIBAU
Ministro NILSON NAVES
Ministro EDSON VIDIGAL
Ministro GARCIA VIEIRA

Comissão de Regimento

Ministro JOSÉ DANTAS
Ministro CARLOS VELLOSO
Ministro SEBASTIÃO REIS
Ministro PÁDUA RIBEIRO
Ministro EDUARDO RIBEIRO

Comissão de Leis Processuais

Ministro TORREÃO BRAZ
Ministro BUENO DE SOUZA
Ministro COSTA LEITE
Ministro ILMAR GALVÃO
Ministro ASSIS TOLEDO

Através do Ato nº 76, de 08.06.1989, do Presidente do STJ, foi criada a seguinte Comissão, destinada a coordenar as atividades necessárias à edificação da nova Sede do Superior Tribunal de Justiça:

Comissão Especial de Obras

Ministro CARLOS THIBAU (Presidente)
Ministro COSTA LEITE
Ministro ILMAR GALVÃO
Ministro DIAS TRINDADE
Ministro JOSÉ DE JESUS

III – ATIVIDADES JUDICANTES

No biênio 1987/1989, ressalte-se a extraordinária movimentação processual desenvolvida pelo Tribunal, através de seus Órgãos Judicantes (Plenário, Seções e Turmas).

Houve a distribuição e redistribuição de 96.906 processos, sendo que desses, 89.876 foram julgados em sessões, assim distribuídas:

Em 1987	
Sessões realizadas	285
Processos julgados	20.043
Em 1988	
Sessões realizadas	453
Processos julgados	53.570
Em 1989 (até maio)	

Sessões realizadas	88
Processos julgados	16.263

Os acórdãos lavrados atingiram, nesse período, o montante de 83.333.

Há que se fazer menção, igualmente, aos processos que não foram distribuídos no Superior Tribunal de Justiça, tendo sido remetidos aos Tribunais Regionais Federais, e que totalizaram o número de 12.765, assim distribuídos:

1ª Região – Brasília	1.703
2ª Região – Rio de Janeiro	1.992
3ª Região – São Paulo	6.345
4ª Região – Porto Alegre	1.886
5ª Região – Recife	839

Quanto aos Recursos Extraordinários, foram despachados pelo Vice-Presidente, por delegação, 7.112, sendo que desse número, 4.069 foram admitidos, 3.040 denegados e 3 julgados prejudicados.

Foram submetidas à Presidência 999 Suspensões de Segurança, assim distribuídas:

1987 (junho a dezembro)	839
1988	146
1989 (até maio)	14

Os precatórios submetidos à decisão da Presidência atingiram o número de 6.964, assim distribuídos:

1987 (junho a dezembro)	2.058
1988	4.440
1989 (até maio)	466

Esses números revelam o volume de trabalho de todos os que se dedicaram ao Tribunal Federal de Recursos e, agora, se dedicam ao Superior Tribunal de Justiça.

IV – PLENÁRIO – TRABALHOS EXTRAJURISDICIONAIS

1. Eleições e indicações

O Superior Tribunal de Justiça procedeu à escolha de seus membros, para comporem o Tribunal Superior Eleitoral, e dos Juizes Federais, para integrarem os Tribunais Regionais Eleitorais, no biênio 1987/1989.

Em Sessão Plenária Extraordinária, o Superior Tribunal de Justiça decidiu, por unanimidade, prorrogar, até 23 de junho de 1989, o mandato dos Ministros que compunham a direção do Tribunal Federal de Recursos, e adotar o mesmo procedimento em relação aos Ministros que vinham compondo o Conselho da Justiça Federal e ao Diretor da Revista, eleitos em 4 de junho de 1987.

Igual procedimento adotou com relação aos membros das Comissões Permanentes e Provisórias.

Em Sessão Plenária Especial, realizada nos dias 2 e 3 de março de 1989, o Tribunal escolheu os Juízes Federais que, em listas tríplices, foram indicados ao Exmo. Senhor Presidente da República, para o provimento das vagas dos Tribunais Regionais Federais.

Na Sessão Plenária do dia 9 de março de 1989, o Tribunal escolheu os nomes dos Desembargadores que, em listas tríplices, foram indicados ao Exmo. Senhor Presidente da República, para o provimento complementar da composição inicial do Superior Tribunal de Justiça.

No dia 1º de junho de 1989, em Sessão Plenária Extraordinária, foram eleitos para a administração do Superior Tribunal de Justiça e membros do Conselho da Justiça Federal, para o biênio 1989/1991, os seguintes Ministros: WASHINGTON BOLÍVAR – Presidente, TORREÃO BRAZ – Vice-Presidente, PÁDUA RIBEIRO – Corregedor-Geral e COSTA LEITE – Diretor da Revista; PÁDUA RIBEIRO, FLAQUER SCARTEZZINI E COSTA LIMA para membros efetivos do Conselho da Justiça Federal, e GERALDO SOBRAL, CARLOS THIBAU e COSTA LEITE como membros suplentes.

2. Posses

Em vaga destinada, constitucionalmente, a advogados e decorrente de aposentadoria, assumiu o cargo de Ministro deste Tribunal, em Sessão Solene realizada em 04 de dezembro de 1987, o Dr. EDSON VIDIGAL.

Em vaga destinada, constitucionalmente, a Juízes Federais e decorrente de aposentadoria, assumiu o cargo de Ministro deste Tribunal, em sessão solene realizada em 8 de agosto de 1988, o Dr. JACY GARCIA VIEIRA.

Em solenidade realizada no dia 18 de maio de 1989, foram empossados os Senhores Ministros: ATHOS CARNEIRO, VICENTE CERNIC-

CHIARO, WALDEMAR SVEITER, FONTES DE ALENCAR, CLÁUDIO SANTOS, SÁLVIO DE FIGUEIREDO e BARROS MONTEIRO, nomeados para a complementação da composição inicial do Superior Tribunal de Justiça.

3. Legislação e Atos Regimentais

Visando dar cumprimento às disposições do novo texto constitucional, o Tribunal Federal de Recursos baixou os seguintes Atos:

- Ato Regimental nº 1, de 9.2.1989, que dispôs sobre a elaboração das listas tríplexes destinadas a completar a composição inicial do STJ e a composição inicial dos TRFs;
- Ato Regimental nº 2, de 16.2.1989, que dispôs sobre a remessa de processos da competência do TFR para o STJ e TRFs;
- Ato nº 1245, de 16.11.1988, que aprovou alterações regimentais provisórias, dispondo sobre o Mandado de Injunção e o **Habeas Data**.

Com a sua instalação, ocorrida em 7.4.1989, o Superior Tribunal de Justiça baixou os seguintes Atos e Resoluções:

- Ato Regimental nº 1, de 10.4.1989, que dispôs sobre a organização e competência do STJ;
- Ato Regimental nº 2, de 22.5.1989, que dispôs sobre o processo de aprovação do Regimento Interno;
- Resolução nº 1, de 10.4.1989, que dispôs sobre os dias de funcionamento das sessões do Plenário, da Corte Especial, das Seções e das Turmas;
- Resolução nº 2, de 14.4.1989, que dispôs sobre a estrutura organizacional do STJ.

No biênio, foram encaminhadas à Câmara dos Deputados diversas Mensagens, das quais resultaram as Leis nºs 7.727, de 9.1.1989, que dispôs sobre a composição inicial dos TRFs e suas instalações, nº 7.746, de 30.3.1989, que dispôs sobre a composição e instalação do STJ.

Vale ressaltar, também, o envio da Mensagem nº 4, que resultou na elaboração do Projeto de Lei nº 2.255/89, pela Câmara dos Deputados, onde ora se encontra em tramitação e que institui normas procedimentais para processos perante o STJ.

Quase ao final do biênio, foi aprovado o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, na Sessão Plenária de 22.6.1989.

V – RELAÇÕES COM PODERES PÚBLICOS E AUTORIDADES

No biênio em curso, o Tribunal fez-se representar socialmente através de contatos necessários à condução dos seus interesses administrativos, mantendo cordiais relações com as autoridades representativas dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, civis e militares, religiosas e diplomáticas.

Para um melhor desempenho das atividades pertinentes ao relacionamento do Tribunal com os demais órgãos da administração pública e autoridades em geral, procedeu-se à reestruturação do Cerimonial da Presidência.

Inicialmente, foi destacado um dos assessores para realizar um estágio no Ministério das Relações Exteriores, visando a obter integração ao sistema protocolar utilizado pelo Poder Executivo.

Com a finalidade de propiciar um pronto entendimento entre este Tribunal e aquele Ministério, foi obtida, junto à Secretaria-Geral do MRE, a designação de um Diplomata de Carreira, Ministro IGOR TORRES CARRILHO, para que funcionasse como elemento de ligação entre os dois órgãos.

O Cerimonial, contando com a colaboração da Secretaria de Informática do Tribunal, passou a elaborar a agenda diária do Presidente, incluindo tanto os seus compromissos externos como aqueles restritos ao âmbito interno da Corte.

Ainda em cooperação com a Informática, foi elaborada uma listagem geral de autoridades aniversariantes em cada mês.

Instituiu-se um "livro de assinaturas" para os visitantes ilustres ou personalidades nacionais e estrangeiras que o Tribunal recebesse.

VI – JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL

1. Revista

Sob a direção do Sr. Ministro MIGUEL FERRANTE, foram editados 32 números da "Revista do Tribunal Federal de Recursos". Também foram publicados, pela Imprensa Oficial, no mesmo período, 15 "Ementários da Jurisprudência" do referido Tribunal.

No transcurso do biênio, foram editados ainda: "Ministros – Dados Biográficos – 1947/1987 – 40º aniversário do TFR", com tiragem de mil exemplares; "REGIMENTO INTERNO", duas edições, com mil

exemplares cada, e "SÚMULAS DO TFR", também em duas edições, cada uma com mil exemplares.

Igualmente vieram à luz, neste período, com recursos próprios do Gabinete da Revista, o "BOLETIM DO TFR", num total de 50 números, do 114 ao 163, e 59 números do "BOLETIM DE SERVIÇO".

Foram distribuídos, por todo o território nacional, 10.975 exemplares da Revista, 5.720 Ementários e 18.575 Boletins do TFR, num total de 35.451 volumes.

A par, foram publicados os trabalhos "Presidentes da República e o Tribunal Federal de Recursos" e "A Censura e Jurisprudência do TFR" compostos na Gráfica do Senado Federal e impressos, posteriormente, pela Gráfica do Conselho da Justiça Federal. "A Censura e a Jurisprudência do TFR" mereceu uma segunda edição, em face da repercussão alcançada, totalizando 1.600 exemplares.

Também, na Gráfica do Senado, encontram-se em fase final de composição os trabalhos "A Proteção dos Direitos Individuais e a Jurisprudência do TFR – **Habeas Corpus**" e "A Proteção dos Direitos Individuais e a Jurisprudência do TFR – Mandado de Segurança".

Em fase final de revisão, encontram-se a história da Justiça Federal de Primeira Instância, de autoria da Professora ROSA MARIA TOGNOLO e o "Relatório da Comissão da Constituinte", presidida pelo Ministro PÁDUA RIBEIRO, trabalhos que serão impressos pela Gráfica do Conselho da Justiça Federal.

Terminada, de igual modo, a montagem da revista comemorativa do 40º aniversário do Tribunal Federal de Recursos, que objetiva perpetuar os acontecimentos marcantes e as principais realizações da extinta Corte de Justiça, verificados no período de 23 de julho de 1977 a 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição Federal.

Em poder da Imprensa Oficial, encontra-se o número I da Revista do Superior Tribunal de Justiça, destinada à divulgação dos julgados e documentos desta Corte, que visa constituir-se, a exemplo da Revista do Tribunal Federal de Recursos, em criteriosa fonte de pesquisa e enriquecimento das letras jurídicas nacionais. O primeiro número desse novel órgão tem a finalidade de registrar, a título de documentário, o trâmite de criação e instalação do Superior Tribunal de Justiça, bem assim dos Tribunais Regionais Federais, os documentos legislativos, as opiniões dos juristas e a repercussão desses eventos na imprensa nacional.

Cumprе ressaltar, por fim, a criação na "Revista do TFR" de um espaço destinado à publicação da Página da Presidência.

2. Súmulas

Como resultado dos projetos de súmulas apresentados pela Comissão de Jurisprudência, foram aprovados pelo Tribunal Pleno ou pelas Seções, 28 novos verbetes, no período de junho 87/junho 89, totalizando, até o momento, 265 Súmulas do Tribunal.

3. Prodasen

Os trabalhos da Subsecretaria de Análise, responsável pela alimentação do Banco de Dados do Prodasen, no biênio junho 87/junho 89, envolveram a análise de 31.119 novos acórdãos, totalizando o número de 79.531 documentos implantados no computador até o momento.

No mesmo período, a Subsecretaria de Análise efetuou 8.242 pesquisas, que foram solicitadas pelos gabinetes dos Senhores Ministros, diversas unidades do Tribunal, Conselho da Justiça Federal, advogados e órgãos públicos.

VII – DOCUMENTAÇÃO

No período em referência, a Subsecretaria de Documentação concluiu a organização do Arquivo Administrativo, dentro das técnicas arquivísticas, bem como apresentou o Manual de Serviço Interno, contendo a descrição de rotinas e fluxogramas de atividades.

No Arquivo Permanente, organizado e composto por documentos analisados, foram preparados dossiês histórico-jurídicos de todos os Ministros do Tribunal para divulgação. Foi elaborada, também, proposta de regulamentação do empréstimo de processos e documentos do Arquivo, juntamente com o Regulamento Interno da Área.

A Subsecretaria de Documentação, através de sua Diretora, participou e apresentou trabalho no 7º Congresso Brasileiro de Arquivologia sobre a organização do Arquivo do Tribunal Federal de Recursos, o qual, inobstante ainda estivesse em fase de desenvolvimento, já se apresentava como um bom exemplo aos Arquivos Jurídicos Nacionais.

Foi elaborado um projeto de arquivo automatizado para o novo Superior Tribunal de Justiça, consistindo na implantação de um protocolo eletrônico, voltado ao controle de entrada e saída de documentos administrativos, associado à utilização dos recursos da microfilmagem.

A Biblioteca, por sua vez, desenvolveu um trabalho de uniformização de palavras-chaves no catálogo de legislação, normatizando e disciplinando o registro e análise da legislação federal e secundária, mediante a utilização do **thesaurus** do PRODASEN, perfazendo um total de 14.257 fichas, revisadas e padronizadas em 5.739. O novo sistema, além de fornecer um perfil histórico-cronológico do dispositivo legal, reduz a proliferação de fichas de um mesmo assunto, o que possibilita a economia de espaço, recursos e trabalho.

Importante negociação foi estabelecida com a Subsecretaria da Biblioteca do Senado Federal e com o PRODASEN, com vistas ao acesso às bases de dados do SICON (Sistema de Informações do Congresso), e ingresso da Biblioteca Ministro OSCAR SARAIVA como alimentadora da rede.

Foi elaborado o Manual de Serviço da Biblioteca, o qual, descrevendo rotinas, atividades e normas técnico-operacionais, redefine a execução de tarefas, a utilização de formulários, adequando-os ao processo de implantação do sistema automatizado.

Ressalte-se, outrossim, a ampliação dos serviços de divulgação realizados pela Biblioteca, verificada sobretudo na:

- reativação dos boletins de alerta, "Informativo Dinâmico", distribuídos aos Exmos. Srs. Ministros;
- elaboração de levantamentos bibliográficos exaustivos, mediante solicitação dos usuários;
- proposição de um sistema de endereçamento automatizado para o TFR, de forma a facilitar o intercâmbio com outros sistemas de informação

A mapoteca do Tribunal, integrada por 300 mapas rodoviários, físicos, hidrográficos e políticos, de diversas regiões do Brasil, foi organizada, enriquecendo consideravelmente o acervo de materiais especiais da Biblioteca.

Dentre as realizações da Biblioteca, no período, merece especial destaque a proposta de reformulação do "Boletim Bibliográfico", com a subsequente criação do "Informativo Jurídico", contendo artigos de doutrina de autoria dos Exmos. Srs. Ministros do Tribunal, assim

como a edição especial e histórica do Boletim, comemorativa do 40º aniversário do TFR.

Finalmente, registre-se que, no início de 1989, a Biblioteca recebeu um terminal de vídeo, conectado ao sistema do PRODASEN, permitindo a recuperação de informações nos bancos de dados do SICON, o que contribui para o aprimoramento das pesquisas e atendimento à Casa e ao público em geral.

VIII – INFORMATIZAÇÃO DO TRIBUNAL

Pode-se afirmar que o biênio 1987/1989 foi marcado por um grande avanço na área de informatização do STJ, dos TRFs e de toda a Justiça Federal.

Procurou-se, assim, garantir uma maior rapidez e racionalidade nos trabalhos, através da ênfase dada à informatização das atividades cartoriais e administrativas do Tribunal, dos Regionais recém-instalados e da Justiça Federal de Primeira Instância.

1. Automação das Seções Judiciárias e dos TRFs

O Conselho de Administração do Tribunal Federal de Recursos, em Sessão realizada em 25 de novembro de 1986, em consonância com a deliberação anterior do Conselho da Justiça Federal, decidiu substituir o Sistema de Processamento de Dados existente na Justiça Federal de Primeira Instância – DATAJUS, precário e mantido em computadores de terceiros, por um Sistema desenvolvido com base nas necessidades das Seções Judiciárias e servido por equipamento próprio.

Para tanto, foram efetuadas mudanças na estrutura das Secretarias Administrativas das Seções Judiciárias a serem automatizadas, cuja Supervisão de Distribuição passou, em 1986, a ser subordinada administrativamente à Secretaria do Foro e tecnicamente ao Exmo. Ministro Corregedor-Geral e Supervisor de Informática.

As ações necessárias para automação das rotinas da Justiça Federal de Primeira Instância foram consolidadas no "Plano de Informática do TFR/CJF", onde se previu a instalação de supermicrocomputadores em todas as Seções Judiciárias do País.

Até o mês de abril/1989, 11 Seções Judiciárias se encontravam operando de forma **on-line**. Estão previstas, ainda para o primeiro semestre do corrente ano, a automação dos cinco Tribunais Regionais Federais e a instalação dos equipamentos nas Seções Judiciárias dos seguintes Estados: Distrito Federal, Espírito Santo, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Piauí e Sergipe.

O Sistema de Acompanhamento Processual, implantado nas Seções Judiciárias, foi projetado de forma a permitir uma futura interligação com o Sistema em implantação nos Tribunais Regionais e os destes, também, foram projetados para permitir a interligação com o Sistema implantado no Superior Tribunal de Justiça.

O Sistema de Controle Processual implantado será o mesmo em todas as Seções Judiciárias e tem por objetivo controlar toda a parte cartorial.

As fases do sistema são as seguintes:

a) **Autuação e consulta de processos**

Nesta fase o processo é registrado, podendo depois ser consultado.

b) **Controle de fases**

Controla o andamento do processo dentro da Justiça Federal.

c) **Distribuição de Processos**

Faz a distribuição automática e aleatória de processos por Varas.

d) **Cálculos de execuções fiscais**

Faz os cálculos das execuções para pagamento.

e) **Cálculos de liquidação de sentença**

Faz os cálculos para liquidação de sentença.

f) **Emissão de Certidões**

Emite certidões negativas/positivas.

g) **Relatório de processos por Vara**

2. Automação das atividades processuais do STJ

No período compreendido entre 1980 e 1987, a automação das atividades processantes do Tribunal Federal de Recursos era realizada através do Sistema DATAJUS, de acesso remoto (o computador ficava no Rio de Janeiro) e de poucos recursos disponíveis para consulta e geração de produtos.

Em novembro de 1987, o sistema passou a ser operado em computador do Tribunal, utilizando **software desenvolvido de acordo com** as suas necessidades específicas. Até então, todos os expedientes, tais como: pautas, certidões, etiquetas e controles continuavam sendo elaborados manualmente. A automação representava uma rotina a mais para os usuários, uma vez que o sistema não oferecia produtos significativos.

Esta mudança representou um considerável avanço tecnológico, que refletiu no aumento da produção em termos de entrada de dados e no número de produtos disponíveis aos usuários.

O Sistema de Acompanhamento Processual (SIAPRO), implantado, funciona em tempo real (**on-line**), refletindo na qualidade do trabalho final (diminuição do nível de erros e atualização das informações).

Além da Autuação e Distribuição dos Processos, do Acompanhamento das Fases (movimentação) Processuais e Consulta, através do número de registro, os seguintes processos ou produtos foram implementados:

a) **Consultas ao Sistema**

É possível acessar um processo através de: número de classe, número do processo na vara de origem, nome da parte, nome do advogado e pelo número do processo.

b) **Ata de Julgamento**

Emissão automática, observando-se as normas de publicação da Imprensa Nacional. Sua implantação, em dezembro de 1988, visou substituir procedimentos pouco eficientes e morosos de datilografia.

c) **Informações**

Emissão de relatório a usuário cadastrado, contendo dados básicos de processos selecionados, **petições associadas** e as movimentações.

d) **Estatística de Processos Distribuídos**

Emissão mediante solicitação de relatório indicativo do volume de processos distribuídos por Ministro, por Turma e por classe.

e) **Minuta e Certidão de Julgamento**

Emitidas automaticamente, a partir de 1988, as minutas a serem utilizadas nos julgamentos e as certidões contendo as sen-

tenças, em substituição a formulários pré-impressos e datilografados.

f) Pauta de Julgamento

Emissão automática a partir de outubro de 1988, observando as normas de publicação da Imprensa Nacional. Substitui formulário-padrão datilografado. Relatórios de republicação e aditamento de pauta também são emitidos.

g) Ofício Executório

Implantada, em dezembro de 1988, a rotina de emissão automática de Ofícios Executórios que até então eram datilografados.

h) Pauta Marcada

Emissão automática do relatório de todos os processos que estão aguardando julgamento.

i) Relação de Processos por Ministro Relator

Os processos não julgados de um Ministro são relacionados mediante solicitação.

j) Relação de Processos na Subprocuradoria

Os processos existentes na Subprocuradoria são listados por Ministro-Relator, mediante solicitação.

l) Sistema de Precatórios

Desenvolvido e implantado em janeiro de 1989, o sistema permite o acompanhamento das fases (movimentação) dos Precatórios no âmbito do Tribunal. Este sistema será implantado nos Tribunais Regionais Federais, para que os mesmos exerçam, regionalmente, o controle dos Precatórios.

m) Controle de Petições

Possibilita o registro e permite o controle da juntada ao processo de todas as petições no âmbito do Tribunal. Rotina implantada em fevereiro de 1988.

n) Procuradoria Geral da República

Obedecendo ao acordo firmado entre o TFR e a PGR, foi implantada em junho/88 a rotina que fornece, diariamente, em meio magnético, a relação dos processos remetidos à Procuradoria. Propicia a integração dos sistemas do TFR e PGR, através de um efetivo controle, por parte da PGR, dos processos oriundos do TFR.

o) Bases de Dados dos Tribunais Regionais Federais

Os registros referentes aos processos em andamento no Tribunal, que serão repassados aos Tribunais Regionais Federais, foram reunidos em cinco minibases de dados, que ficarão residentes nos computadores dos Tribunais Regionais.

p) Ata de distribuição

Emissão de relatório da distribuição automática ou manual de processos. É emitido também o sumário da distribuição, contendo quais Ministros receberam processos, quantos foram, de que tipo (recebido por distribuição ou redistribuição) e o Termo de Encerramento da Ata de Distribuição.

Dentre as implementações do novo sistema, destaca-se o acesso através de terminais de vídeo de qualquer unidade administrativa do Tribunal. Este procedimento só é possível em decorrência de o sistema residir em equipamento próprio, economizando os custos referentes ao teleprocessamento.

3. Automação das atividades administrativas do STJ

Implantadas as rotinas prioritárias referentes à automação das atividades judicantes do Tribunal, foi possível iniciar o desenvolvimento dos **softwares** para automação das atividades administrativas.

Até o momento, os seguintes sistemas foram desenvolvidos e implantados:

a) Sistema de Apoio Pessoal – SAP

Desenvolvido e implantado em janeiro de 1988, este Sistema compreende as seguintes rotinas: Agenda de Endereços, Agenda de Compromissos e Controle de Pedidos e Tarefas do Gabinete do Ministro Presidente.

b) Sistema de Senhas

Foi desenvolvida e implantada em fevereiro de 1988 uma nova versão do Sistema de Senhas no ambiente operacional do Tribunal, que proporciona maior segurança e controle de acesso a módulos e rotinas dos demais sistemas implantados, através do estabelecimento de níveis de autoridade dos usuários.

c) Sistema Integrado de Gestão de Recursos Administrativos – SINGRA

Em setembro de 1988, foram feitos os levantamentos, junto à Divisão de Material e Patrimônio, para adaptação do Sistema ao

ambiente do Tribunal, com implantação em novembro de 1988. O Sistema possibilita o controle geral dos materiais permanentes e de consumo, serviços, fornecedores, processo de compra e licitação.

d) **Sistema de Controle da Produtividade de Varas – SI-COVAR**

Este sistema foi aprimorado e implantado em fevereiro de 1989, possibilitando ao Conselho de Justiça Federal o acompanhamento do desempenho das Varas das diversas Seções Judiciárias.

e) **Sistema de Folha de Pagamento – SFP**

Execução da Folha de Pagamento do Tribunal.

4. Automação dos Gabinetes dos Ministros

Terminais de vídeo e impressoras já foram adquiridos e instalados em todos os gabinetes dos Exmos. Srs. Ministros em abril e maio de 1989. Com a utilização destas estações de trabalho, será possível substituir os arquivos de metal, as máquinas de escrever e os fichários de mesa.

De imediato, será implantado um sistema integrado, reunindo as seguintes funções, que estarão disponíveis aos usuários:

a) **Processamento/Edição de Textos**

Os textos gerados pelo gabinete, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios e outros documentos poderão ser editados no terminal de vídeo e, caso seja do interesse, reutilizados.

b) **Controle de Agenda**

Possibilita a programação de compromissos de cada Ministro, classificando-os segundo o nível de relevância.

c) **Cadastro de Relacionamentos Externos Gerais e Particulares**

Possibilita o cadastramento e acompanhamento de dados de caráter particular e geral, tais como: endereços, telefones, datas de aniversário e outros.

d) **Mala Direta**

Consiste na elaboração de um arquivo de dados, contendo informações necessárias para a impressão de etiquetas de endereçamento de correspondências.

e) Acesso à Rede Nacional de Telex

Cada terminal de vídeo poderá funcionar como terminal de telex, com senha própria, onde o operador do terminal de telex endereça e envia a mensagem desejada automaticamente.

f) Correio Eletrônico

Permite a comunicação entre os diversos terminais instalados nos outros gabinetes, através do envio de mensagens, de forma segura e **confidencial**, sem necessidade de locomoção, telefonema, ou **geração de bilhetes**.

Além das funções listadas anteriormente, estarão acessíveis **on-line** aos gabinetes os seguintes Sistemas:

a) Base de Dados de Jurisprudência do STJ e do STF

Poderão ser recuperadas, através de pesquisas por: assunto, tipo de processo, data de publicação, número, tribunal e Ministro-Relator, os acórdãos, decisões, súmulas e a legislação citada na Jurisprudência do TFR e STF incluídas nas Bases de Dados JTFR e JSTF.

b) Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SIAPRO

O acompanhamento das fases do processo, desde a distribuição, poderá ser feito a partir da estação de trabalho instalada no gabinete, assim como a utilização das diversas rotinas e produtos existentes no SIAPRO.

IX – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

1. Pessoal

Em conformidade com as disposições do Ato Regulamentar nº 02/83, realizaram-se progressões funcionis ordinárias, movimentações automáticas de referência, movimentações extraordinárias, ascensões funcionais de servidores, através de concurso interno.

Conta atualmente o STJ com 1.068 servidores, assim distribuídos:

Nível Superior 371

Nível Médio 697

No biênio 1987-1989, ocorreram as seguintes alterações:

Requisições 62

Nomeações	135
Redistribuições	113
Cessão	67
Aposentadorias	36

Dentre os benefícios implantados pelo STJ, destinados à elevação da qualidade de vida de seus servidores, destacam-se os seguintes:

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

O programa prevê o atendimento aos filhos dos servidores, na faixa etária de 3 meses a 7 anos incompletos.

PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Possibilita o atendimento através de rede hospitalar, participando o servidor no custeio das despesas, de acordo com a sua faixa salarial.

VALE-REFEIÇÃO

Permite aos servidores o uso dos serviços do restaurante mantido em funcionamento, mediante participação proporcional a sua remuneração.

APOIO AO MENOR CARENTE

O STJ associou-se ao Programa BOM MENINO, considerando como missão social da maior importância propiciar ao menor carente a oportunidade do desenvolvimento profissional. Atualmente, o Tribunal mantém 20 menores, que percebem 50% do Salário-Mínimo.

PROGRAMA DE ESTAGIÁRIOS

Foram firmados convênios com algumas Universidades e Faculdades, tendo por objetivo propiciar estágio remunerado para os alunos, a partir do 2º semestre, desde que o curso mantenha correlação com as atividades do Tribunal.

PROGRAMAÇÃO EDUCATIVA

Foram organizados os seguintes Cursos de Educação para a Saúde:

- da mulher
- da criança
- materno-infantil
- do adolescente
- ocupacional
- oral
- do idoso
- saúde mental.

2. Saúde

No biênio 1987/1989, teve continuidade a transformação funcional e organizacional do Serviço de Saúde, objetivando a complementação de implantação do Planejamento de Saúde, em obediência à diretrizes traçadas no Plano Diretor de Saúde do TFR.

Como desdobramento das atividades do I Congresso de Saúde no Judiciário Brasileiro, realizado em 1987, o Centro de Estudos de Saúde do TFR elaborou, para o exercício de 1988, uma programação educativa como extensão das atividades assistenciais do Serviço de Saúde, com o objetivo precípua de contribuir com efetiva ação profilática e educacional, tendo como alvo principal a "clientela" deste serviço, e, por extensão, aberta à comunidade.

Esta ação concretizou-se através de oito Cursos de Educação para a Saúde, sob a genérica inspiração de "Saúde para Todos", assim especificados:

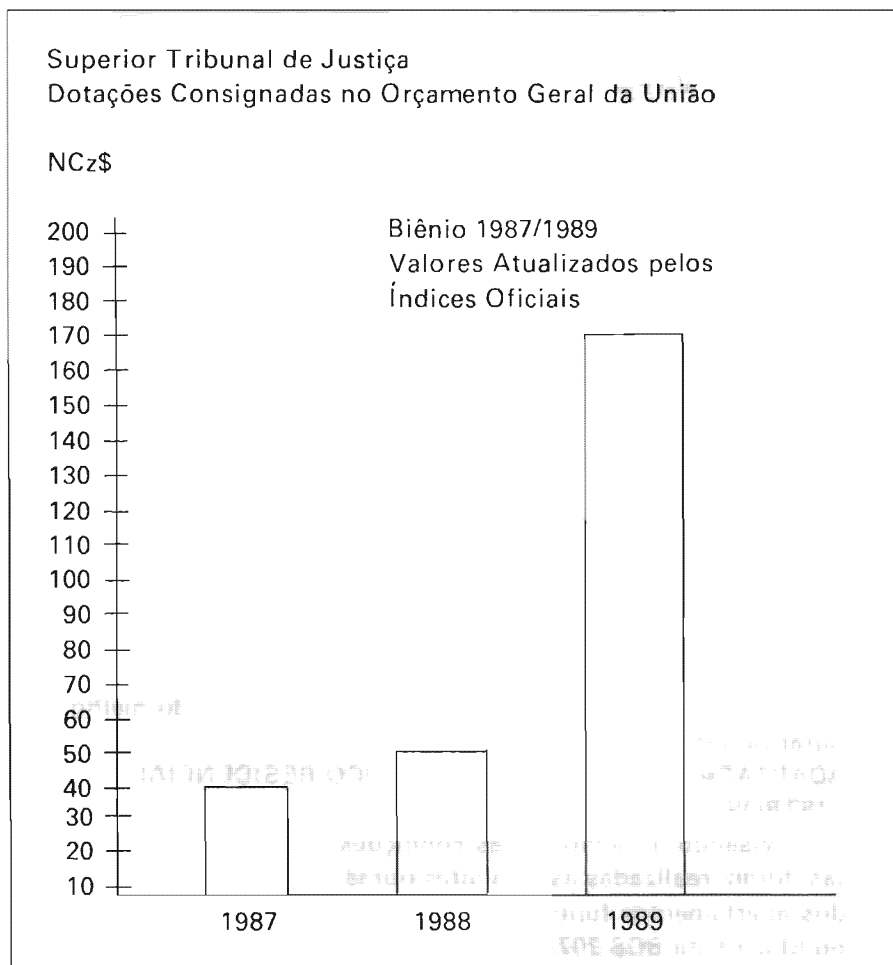
- 1 – Saúde da Mulher
- 2 – Saúde da Criança
- 3 – Saúde Materno-Infantil
- 4 – Saúde do Adolescente
- 5 – Saúde Ocupacional
- 6 – Saúde Oral
- 7 – Saúde do Idoso
- 8 – Saúde Mental

Estes cursos foram lançados oficialmente pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no TFR, por ocasião da comemoração do Dia Mundial da Saúde, a 7 de abril, com a presença de Ministros do Tribunal e do STF. A operacionalização destes cursos foi, basicamente, um trabalho da Equipe de Saúde do TFR, auxiliada por Professores e outros profissionais de outros serviços de universidades brasileiras e até por profissionais de organismos internacionais de saúde. A repercussão foi boa, e os objetivos alcançados.

3. Recursos financeiros e orçamentários

O orçamento Geral da União, para o ano financeiro de 1989, fixou a despesa para o Superior Tribunal de Justiça em NCz\$ 163.687.553,00, dos quais NCz\$ 58.993.550,00 foram destinados ao Programa Especial de Implantação do STJ e dos TRFs, e NCz\$ 72.579.946,00 ao pagamento de sentenças judiciais (Precatórios).

Em consequência, o saldo de NCz\$ 32.114.057,00 destinou-se às despesas de pessoal e encargos sociais, no valor de NCz\$ 28.498.468,00 e NCz\$ 3.615.589,00, a outros custeios e capital.



O crescimento verificado entre 1987/1988 foi da ordem de 32,23%, em valores corrigidos monetariamente de julho de 1987 a junho de 1989, conforme índices oficiais.

Comparativamente, o crescimento de 247,66%, verificado no período de 1988/1989, deve-se à inclusão de recursos destinados ao Programa Especial para Implantação do STJ e TRFs.

4. Melhoramentos diversos

RECUPERAÇÃO TOTAL DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Após a obtenção de crédito suplementar específico, foi possível a realização de uma das mais importantes obras para o STJ: a revisão e recuperação completa das instalações elétricas do Edifício Sede e do Anexo.

A situação anterior era de alto risco, e a execução dos serviços demandou cerca de seis meses, prazo este que, por si só, permite uma idéia da dimensão dos mesmos.

RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Dotar o STJ de condições ideais na área de transportes foi preocupação constante, encerrando-se a gestão com a aquisição de novos veículos, destinados às diversas unidades de serviço e aos Tribunais Regionais.

O Tribunal também recebeu doações de veículos diversos, inclusive caminhões e utilitários, possibilitando sensível economia no transporte de cargas.

ADAPTAÇÃO DA OFICINA MECÂNICA

Tendo em vista permitir um melhor funcionamento da oficina mecânica do Tribunal e minimizar os custos com serviços externos, foram adquiridos e instalados os seguintes equipamentos: um alinhador de direção, 1 elevador eletrônico, 1 box para lavagem de carros e bancadas para serviços em motores.

Foi, também, concluído novo portão, permitindo melhor segurança dos bens ali depositados.

ADAPTAÇÃO DA GARAGEM DO BLOCO RESIDENCIAL DOS MINISTROS

Visando à melhoria das condições de trabalho dos motoristas, foram realizadas as seguintes obras de adaptação da garagem dos apartamentos funcionais dos Senhores Ministros, localizados no Bloco K da SQS 207:

- construção de instalações sanitárias para uso dos motoristas;
- colocação de bebedouro para água mineral em garrações;
- instalação de linha telefônica na portaria;
- colocação de sofás e aparelho de televisão.

ÁGUA GRATUITA

Mediante acordo com o IBGE, utilizando veículo recebido por doação, o Tribunal passou a utilizar a água da Reserva do

Roncador, gratuitamente, para abastecer seus bebedouros. O fornecimento foi estendido ao TRF da 1ª Região. Além do custo zero, trata-se de água da melhor qualidade.

5. Divulgação das atividades do Tribunal

Os trabalhos referentes à divulgação das atividades do Tribunal foram coordenados e executados pela sua Assessoria de Imprensa, que, no biênio junho 1987/junho 1989, expediu 2.091 **releases** para os diversos órgãos de imprensa do País, assim distribuídos:

junho a dezembro/1987	345 matérias
1988	1.085 matérias
janeiro a junho/1989	661 matérias

Essas matérias referem-se às notícias acerca das decisões do Tribunal, esclarecimentos, visitas recebidas de inúmeras autoridades, bem como visitas realizadas pelo Presidente e membros do TFR/STJ às Seções Judiciárias.

Houve a participação, ainda, em quase 90% das matérias publicadas no "Jornal da Serjus" e outras publicações especializadas sobre o Poder Judiciário, editadas em todo o Brasil.

Visando proporcionar aos Senhores Ministros o conhecimento das principais matérias referentes ao Tribunal e ao Poder Judiciário em geral, a Assessoria expediu, no período, mais de 3.000 boletins, contendo material publicado e selecionado pelo "Lux-Jornal", além daqueles extraídos diretamente dos jornais do dia.

O trabalho de cobertura fotográfica e de filmagens atingiu o total de 1.654 fotos e 19 filmagens, destacando-se as instalações de várias Seções Judiciárias, posses de Ministros e visitas de autoridades ao Tribunal.

No mesmo período, foram concedidas pelo Presidente, em seu Gabinete no Tribunal, 29 entrevistas a jornalistas de rádios, TVs e Jornais, tendo participado, externamente, de 8 entrevistas em emissoras de televisão, sediadas em Brasília, com destaque para os programas da Rede Globo (Bom Dia Brasil), Rede Manchete (Tele-Manhã), Rede Brasil (Radiobrás), Rede Capital de Comunicações, TV Educativa e TV Brasília (Manchete Centro), este último em duas oportunidades, participando de debate com o Senador MAURÍCIO CORREA.

Para que fosse possível realizar a contento os trabalhos pertinentes à divulgação das atividades do Tribunal, a Assessoria de Imprensa foi equipada com dois aparelhos de televisão, um videocassete, uma

filmadora, uma máquina fotográfica, várias máquinas elétricas de dactilografia e uma coleção de jornais do dia, através de assinaturas.

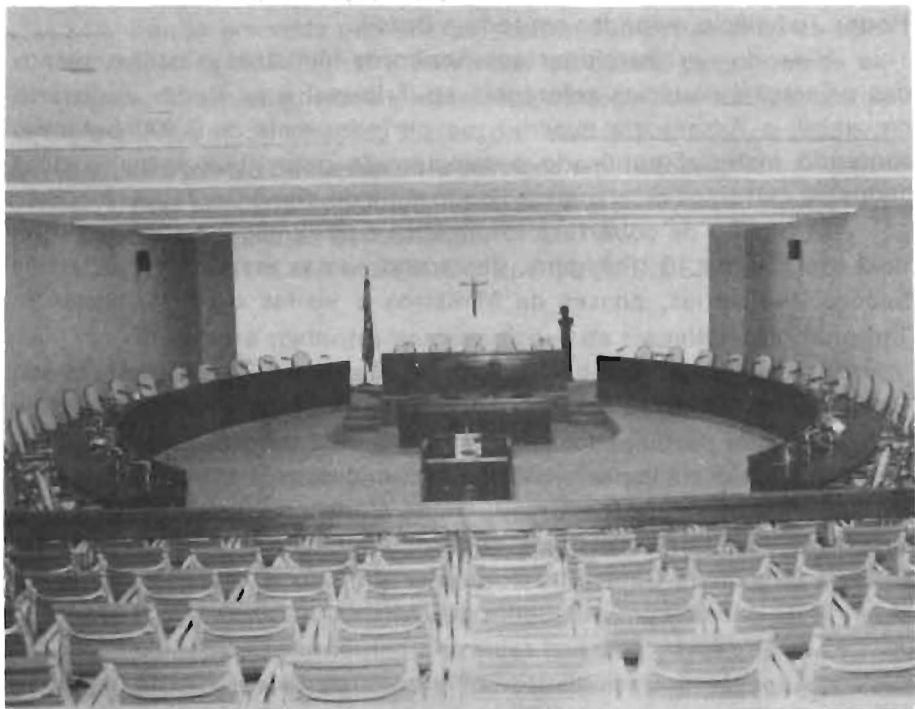
X – INSTALAÇÃO DO STJ E DOS TRFs

Em cumprimento a preceito constitucional, e na forma do art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sob a presidência do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Solene, a 7 de abril de 1989, foi instalado o Superior Tribunal de Justiça.

1. Novo Plenário e novos Gabinetes

Com a instalação do STJ fizeram-se necessárias algumas adaptações das instalações físicas do extinto Tribunal Federal de Recursos.

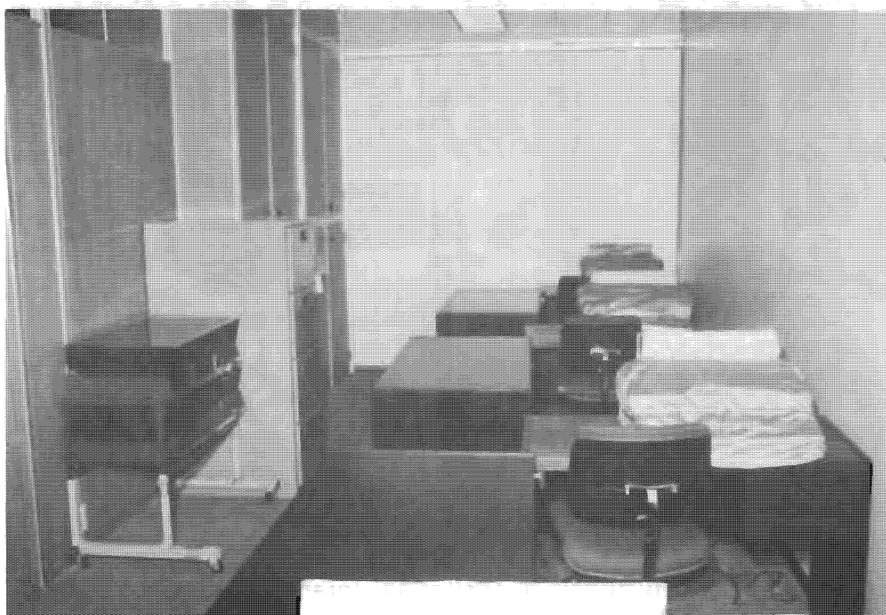
Assim, o Plenário foi adaptado para o aumento do número de magistrados, bem como sete novos gabinetes foram instalados para acomodar os Ministros empossados.



STJ – Plenário



STJ – Gabinete de Ministro



STJ – Secretaria do Gabinete de Ministro

2. Nova sede do Superior Tribunal de Justiça

Após gestões iniciadas no exercício de 1988, o Governo do Distrito Federal, através do Decreto nº 11.520, de 12.4.1989, homologou a Decisão nº 14/89, do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente – CAUMA, que cria o Lote 15 do Setor de Áreas Isoladas Sudoeste – SAISE, da Região Administrativa de Brasília – RA I, destinado à sede do Superior Tribunal de Justiça, cuja pedra fundamental foi lançada no dia 21 de junho de 1989.

O referido lote mede 270m x 240m, totalizando a área de 64.800m².

O Projeto-SEDE deverá ser desenvolvido pela nova Administração do STJ.



STJ – Pedra Fundamental da nova sede

3. Instalação dos Tribunais Regionais Federais

De conformidade com o parágrafo 6º, do artigo 27, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foram instalados cinco Tribunais Regionais Federais, a saber:

TRF DA 1ª REGIÃO – BRASÍLIA

Para a sua instalação, foi obtida a cessão da locação do Edifício Áurea, anteriormente destinado às instalações do extinto Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social – MBES.



Sede do TRF da 1ª Região

TRF DA 2ª REGIÃO – RIO DE JANEIRO

Para instalação do TRF dessa região, foi necessária a desapropriação do prédio onde funcionava o Instituto Brasileiro do Café – IBC.



Sede do TRF da 2ª Região

TRF DA 3ª REGIÃO – SÃO PAULO

Para a instalação do Tribunal, foi obtido junto ao Governo do Estado o prédio onde funcionava a Secretaria de Cultura.



Sede do TRF da 3ª Região

TRF DA 4ª REGIÃO – PORTO ALEGRE

Após negociações com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi obtida a ocupação, sem ônus para o STJ, de área localizada à Rua Washington Luiz, nº 820, no centro de Porto Alegre.



Sede do TRF da 4ª Região

TRF DA 5ª REGIÃO – RECIFE

Após negociações com o Governo do Estado de Pernambuco, foi cedido, para a instalação do Tribunal, o prédio situado na Av. Cruz Cabugá, s/nº, Sto. Amaro – Palácio Frei Caneca, onde se localizava a Vice-Governadoria do Estado.



Sede do TRF da 5ª Região

Todos os prédios foram devidamente adaptados em termos de instalações físicas, permitindo a inauguração em solenidade conjunta ocorrida em 30 de março de 1989.

XI – MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

Sob a Presidência do Exmo. Sr. Ministro LAURO LEITÃO, o Conselho da Justiça Federal aprovou o Projeto de Intercâmbio Internacional, a ser financiado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e CENDEC – Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico, órgão integrante do IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social, fundação vinculada à SEPLAN.

O referido projeto destina-se à modernização da Justiça Federal brasileira, envolvendo um programa que inclui estudos, pesquisas e intercâmbio de experiências com Tribunais e entidades estrangeiras.

Dando continuidade a esse Projeto, a convite do Exmo. Sr. Ministro ANTONIO BRANCACCIO, Presidente da Corte Suprema de Casação italiana, o Tribunal Federal de Recursos se fez representar pelo seu Presidente e pelo Corregedor-Geral no IV Congresso Internacional de Informática Jurídica, realizado em Roma, nos dias 16 a 20 de maio de 1988. O congresso foi promovido pelo Centro Eletrônico de Documentação da referida Corte de Justiça Italiana.

Ainda com vistas ao Programa de Modernização da Justiça Federal e aproveitando a presença na Europa, na mesma época, foram realizadas as seguintes visitas oficiais:

- ao Departamento Internacional de Cooperação Jurídica do Conselho da Europa, em Strasbourg;
- à Escola Nacional da Magistratura, em Paris;
- ao Centro de Estudos Judiciários, em Madrid;
- ao Centro de Estudos Judiciários e à Procuradoria-Geral, em Lisboa.

Importante destacar a realização do I Simpósio sobre a Modernização da Justiça Federal, ocorrido em Belo Horizonte, de 17 a 20 de março de 1988, que contou com a presença do Exmo. Sr. Ministro ANTONIO BRANCACCIO. Ali foram traçados os primeiros planos do projeto de modernização da Justiça Federal, visando a implementação de Centros Judiciais, destinados à formação e aperfeiçoamento permanentes de Magistrados e Servidores da Justiça, à semelhança dos que existem na Europa (França, Alemanha, Espanha, Portugal) e nos Estados Unidos da América do Norte, em Washington (**Administrative Office of the United States Courts**), com os quais o Tribunal mantém intercâmbio.